

# Análise de uma Experiência de Pós-Graduação em Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa no Brasil<sup>1</sup>

Cicilia M. Krohling PERUZZO<sup>2</sup>  
(Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo-SP)

## Resumo

Este texto reflete sobre o enfoque de comunicação para a transformação social que enfatiza a Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa que faz parte de uma das linhas de pesquisa de pós-graduação – níveis de mestrado e doutorado - do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da *Universidade Metodista de São Paulo*, Brasil. O objetivo é refletir sobre a experiência e enfatizar os aspectos teóricos e o marco epistemológico dessa vertente da Comunicação que se baseia em pesquisa bibliográfica e documental. O eixo central dessa linha de investigação é entender a relação entre a comunicação protagonizada por segmentos subalternos organizados da população e a construção ou ampliação dos direitos de cidadania.

Palavras chave: Comunicação popular; Cidadania; Desenvolvimento; Pós-graduação; movimentos populares.

## Introdução

Neste texto analiso aspectos dos fundamentos teóricos e sobre a experiência de pós-graduação – níveis de mestrado e doutorado -, na perspectiva da Comunicação para a Transformação Social envolvidos no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (Póscom) da *Universidade Metodista de São Paulo*, situada em Rudge Ramos, município de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, Brasil.

Atualmente o Programa está organizado em três linhas de investigação: *Comunicação midiática, processos e práticas sócio culturais; Comunicação institucional e mercadológica; e Comunicação comunitária, territórios de cidadania e desenvolvimento social*. O trabalho acadêmico e de pesquisa na perspectiva da comunicação para a transformação social se desenvolve mais especificamente desde a comunicação popular, comunitária e alternativa, além das mídias locais - uma vez relacionados com a questão da ampliação do exercício de la cidadania -, esteve situado por aproximadamente 17 anos na linha de pesquisa que se denominava “*Comunicação midiática*”<sup>3</sup>, sob uma sublinha que recebia o nome “meios locais

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XVI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 3 a 8 de setembro de 2016, na Universidade de São Paulo.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Programa Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo. E-mail: kperuzzo@uol.com.br

<sup>3</sup> A qual também teve outras denominações.

e comunitários”, coordenada pela autora deste texto. Mas, desde 2016 em razão de alterações na estrutura do Póscom se criou uma linha específica para as problemáticas da comunicação cidadã, local e para a transformação social que se chama “*Comunicação comunitária, territórios de cidadania e desenvolvimento social*”. No entanto, mesmo antes da criação da sublinha e agora de uma linha de pesquisa específica, acima mencionadas, outros professores do Póscom já orientavam teses nessa perspectiva, entre eles, José Marques de Melo, Regina D. Festa, José Salvador Faro, Luis Roberto Alves e Luiz Fernando Santoro. Hoje em dia o sistema nacional de pós-graduação não permite mais a dispersão temática entre os professores e entre as linhas de pesquisa, o que torna obrigatória a concentração dos enfoques em linhas específicas.

Neste texto, baseado em pesquisa bibliográfica e documental, enfatizo o trabalho específico sobre a perspectiva da comunicação popular, comunitária e alternativa, ou da comunicação cidadã, que se situa dentro de linhas de investigação mais amplas, e não de todo o Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo. O objetivo é refletir sobre a experiência e enfatizar os aspectos teóricos e marco epistemológico dessa vertente de comunicação que se coaduna com a perspectiva da Comunicação e Cidadania, Comunicação para a Transformação Social, Comunicação e Desenvolvimento ou Comunicação para a Mudança Social, nas expressões comumente usadas em diversos países da América Latina.

### **Contexto regional e nacional**

O Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social de la *Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)*, situado no município de São Bernardo do Campo, portanto não está na capital de São Paulo, mas em sua proximidade, aponta alguma especificidade histórica e regional. Primeiro porque o município faz parte de uma região – o ABC Paulista - que congrega os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, com uma população aproximada de 2.500 milhões de habitantes. Porém, o Póscom recebe estudantes também de outras cidades do estado de São Paulo (com 45 milhões de habitantes), além de outros estados do país (com 204 milhões de habitantes) e do exterior.

A localização da *Universidade Metodista de São Paulo* em São Bernardo do Campo é um aspecto significativo pois é um dos municípios do polo industrial metalúrgico e também cenário histórico de forte movimento operário - entre outras cidades de Brasil – com a realização de grandes greves nos anos 1970 e 80, além de importantes conquistas por sindicatos

de trabalhadores, então sob uma violeta ditadura militar<sup>4</sup>. Como exemplos dessas conquistas se pode mencionar a tomada da direção de sindicatos pelos trabalhadores, recomposição salarial, conquista do direito de greve, a criação de Comitês de Fábrica, apropriação de meios próprios de comunicação etc.

Foi nesse contexto que surgiu o Póscom<sup>5</sup>, iniciado precisamente em 1978, com o curso de mestrado. Nos anos seguintes o Programa acompanhou a efervescência das lutas dos trabalhadores na região - então já propagadas em outras cidades o estado e do país - e proporcionou espaços em suas instalações para fóruns de debates e respectiva documentação audiovisual, entre outras atividades. Em 1995 cria-se o curso de doutorado. Atualmente é um programa consolidado. Até julho de 2015 o Póscom tituló 668 estudantes de mestrado e 151 de doutorado. Faz parte do Sistema Nacional de Pós-Graduação regulado e supervisionado pela *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Docente (CAPES)*, organismo do Ministério da Educação de Brasil.

### **Aspectos conceituais**

Em primeiro lugar, esclareço que mesmo não usando a expressão *Comunicação e Desenvolvimento ou Comunicação para a Mudança (ou Transformação) Social*, entretanto reconhecendo que há diferenças entre os conceitos, é dessa última perspectiva que se trabalha no programa de pós-graduação em questão, mas sob denominações distintas, especialmente Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa ou comunicação para a cidadania.

Em síntese, *Comunicação e Desenvolvimento* em suas origens está associada à teoria da modernização (GUMUCIO DAGRON, 2012), e esteve a serviço da difusão de inovações<sup>6</sup>. Portanto, foi concebida como importante para facilitar a implementação de políticas e práticas de um desenvolvimento baseado no progresso – econômico e tecnológico – ligados à industrialização e à modernização da produção agrícola, com grande incentivo ao agronegócio e dependente do capital estrangeiro. Como disse Amparo Cadavid (2014, p.38), essa versão preliminar da comunicação para o desenvolvimento se identificou com o crescimento econômico e tomava “sempre como modelo os avanços dos países industrializados, estes, liderados por Estados Unidos. [...] Não perguntaram pela sociedade, a cultura, a história, a organização”. Nesse sentido, a comunicação e desenvolvimento serviu (e serve até hoje) fundamentalmente “para dar visibilidade, informar, divulgar, convocar e apoiar processos

---

<sup>4</sup> Mais informações em: [http://www.smabc.org.br/smabc/materia.asp?id\\_CON=13005](http://www.smabc.org.br/smabc/materia.asp?id_CON=13005); [http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id\\_CON=208](http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=208); <http://memoriasdaditadura.org.br/operarios/>

<sup>5</sup> Ver <http://portal.metodista.br/poscom/sobre/apresentacao>

<sup>6</sup> Ver Gumucio Dagron; Tufte (2008).

educativos” (CADAVID, 2014, p.38) favoráveis a um tipo de desenvolvimento visto como crescimento de indicadores econômicos, de infraestrutura e tecnológico, dos qual adviria a melhoria das condições sociais.

Porém, há que se reconhecer que dessa proposta, diante do fracasso do tipo de modelo econômico baseado na modernização, derivou-se a elaboração de muitos outros conceitos e de experiências sob a denominação comunicação para o desenvolvimento (ou não) que mudaram a visão favorável ao desenvolvimentismo e adentraram em propostas de mudança social real.

Na verdade, se processa uma ressignificação do conceito de desenvolvimento pois se passou a prestar atenção às pessoas, suas culturas e à diversidade de gênero, de religiosidade etc. É quando aparecem as noções de *desenvolvimento humano, integral e sustentável* (CADAVID, 2014) ou *participativo, integral e sustentável* (SERVAES, 2004). Por outro lado, outros conceitos e experiências comunicativas assinalaram a necessidade de mudanças mais profundas e avançaram na direção da emancipação cidadã. Os exemplos podem ser comprovados desde os anos 1970, no caso do Brasil, por milhares de iniciativas de comunicação popular, comunitária e alternativa envolvidas em dinâmicas de transformação social desde comunidades, movimentos populares e organizações congêneres na América Latina.

Além de conceitos específicos sobre essa comunicação, também se assinalaram conceitos mais globais de *Comunicação para a Mudança Social*, segundo Cadavid (2014), no ano 2000. Para a autora (2014, p. 39), esta denominação “não é uma nova maneira de chamar um conceito antigo, mas um nome novo para uma nova compreensão da força e capacidade que tem o comunicativo desde a população, capacidade que já se viabiliza plenamente na sociedade”.

Um dos seus principais expoentes é Alfonso Gumucio Dagron, para quem a *Comunicación para el Cambio Social* tem como elementos centrais - resgatados dos outros enfoques – “a participação democrática, a horizontalidade na tomada de decisões, a valorização da identidade e da cultura, e o caráter dialógico das relações” (GUMUCIO DAGRON, 2012, p. 40). Na Comunicação para a mudança social, “o processo é mais importante que os produtos, tal como sucede com la comunicação participativa e alternativa. [...] A difusão de mensagens é apenas um produto secundário do processo de comunicação” (GUMUCIO DAGRON; TUFTE, 2008, p. 23).

Pelo que vimos e que será assinalado a seguir são incontestáveis as afinidades entre a comunicação para mudança social e a comunicação popular, comunitária e alternativa, que especialmente no Brasil, e que a título mais geral, é mais reconhecida no contexto da comunicação e cidadania ou comunicação para a transformação social.

A comunicação popular, comunitária e alternativa vem da experiência histórica dos movimentos populares e das comunidades na América Latina. Em seu conjunto, ela representa uma contra comunicação, ou a outra comunicação - como já disse Mario Kaplún. Inicialmente foi muito estudada e denominada como comunicação popular, participativa, educativa ou alternativa, mas com o passar do tempo foram surgindo outras expressões, tais como comunicação comunitária, meios radicais e imprensa alternativa no âmbito do marco teórico desse segmento da Comunicação. Do meu ponto de vista, a emergência desses novos modos de nomear corresponde às práticas sociais comunicativas que se reelaboram. Por exemplo, o surgimento das rádios e televisões comunitárias inspira estudos que incorporam estas denominações.

Historicamente a posição político-ideológica desse tipo de Comunicação no Brasil é de carácter contestador do *status quo* e serve como canal de expressão de setores subalternos organizados da população, com a finalidade de obter respostas a suas demandas, ligadas às necessidades sociais e econômicas derivadas das desigualdades sociais (condições de moradia, de saúde, educação), assim como às lutas para democratizar a política e à sociedade, além daquelas do âmbito do mundo do trabalho, que buscam melhorar as condições laborais e a distribuição da riqueza (PERUZZO, 2012a). Portanto é elaborada no contexto dos movimentos sociais populares e “comunidades”; na luta para exercer a liberdade de expressão, denunciar problemas, reivindicar direitos, servir de instrumento de conscientização e, assim, democratizar a informação e o acesso da população aos meios de comunicação, para contribuir à transformação social. Mas, em esquecer de que não se trata só de desenvolver meios de comunicação, e sim processos nos quais a comunicação interpessoal e grupal é parte constitutiva e constituinte das mudanças mais amplas da realidade.

As manifestações da comunicação popular, alternativa e comunitária são diversificadas. Envolvem desde a comunicação dialógica presencial, pequenos jornais, alto falantes, vídeo popular e/ou a rádio comunitária<sup>7</sup> até o sitio *Web* colaborativo ou ao jornal alternativo de circulação regional ou nacional. As diferenças ocorrem em razão dos contextos também distintos uns dos outros. Expressam o protagonismo de segmentos populacionais descontentes com a realidade (desde o bairro, condições de trabalho, de acesso à terra, tratamento de gênero, condições da juventude e das crianças etc.) mas já mobilizados para muda-la, a partir dos

---

<sup>7</sup> Com as devidas ressalvas, afinal nem todas as emissoras que se denominam comunitárias se regem por princípios convenientes. Muitas reproduzem a lógica e os “vícios” das rádios comerciais.

espaços de vivências cotidianas nas localidades e em outros lugares de relacionamentos, como o ciberespaço por intermédio de comunidades virtuais.

Há que se dizer também que a *comunicação popular, comunitária e alternativa* no sentido falado até aqui se refere a uma abordagem de conjunto em razão das intersecções entre popular, comunitário e alternativo. Entretanto, sempre existem perguntas sobre as diferenças entre tais manifestações. A mim me parece possível encontrar especificidades em cada processo de comunicação assim adjetivados, se tomados isoladamente e uma vez relacionados às práticas sociais concretas, pelo menos nos anos recentes. Isso se deve ao contexto e ao momento histórico de realização das práticas comunicativas<sup>8</sup>. Não obstante, é necessário cuidado para não se nomear por antecipação com adjetivos (ou categorias construídas a priori) que podem não corresponder à realidade das práticas comunicativas concretas.

Na realidade, as demarcações de fronteiras rígidas entre popular, comunitário e alternativo tendem a não resistir à realidade, que normalmente extrapola os conceitos em decorrência de seu dinamismo e do carácter ínter e transrelacionado das relações entre organização-ação-social-comunicação. Nas práticas sociais, os processos comunicacionais são holísticos. Não se dissociam de mobilizações mais amplas e podem assumir um hibridismo de linguagem, finalidades, formatos, conteúdos e práticas de produção. Os elementos principais que caracterizam a comunicação como popular, comunitária e/ou alternativa estão no processo, nas práticas sociais, nas relações que se estabelecem, e não no tipo de meio utilizado, nem em outra característica qualquer (linguagem, propriedade, formato, sentido ideológico) tomada isoladamente. O que importa é o conjunto da práxis, o processo educativo que se desenvolve e o significado que tem para os segmentos envolvidos, para a comunidade ou para o movimento social. O habitante de um lugar pode não participar diretamente na gestão de uma rádio comunitária; mas ter espaço para transmitir seu programa, para participar das reuniões de avaliação de conteúdo etc. Pode não participar das reuniões, mas ter voz ativa na programação (PERUZZO, 2012a).

Não obstante, sem perder de vista as intersecções e acrescentando que a confluência entre popular, comunitário e alternativo também se expressa em termos políticos e ideológicos entre experiências aparentemente distantes, para efeito didático,

pode-se dizer que as características singulares da comunicação popular, alternativa e comunitária, neste início de século, parecem indicar a existência das seguintes categorias:

**a) Comunicação popular, alternativa e comunitária:** trata-se de uma vertente constituída por iniciativas populares (do povo) no contexto de localidades, bairros,

---

<sup>8</sup> Ver o detalhamento de todo esse processo em Peruzzo (2012a).

comunidades (presenciais ou virtuais), movimentos sociais e organizações civis congêneres sem fins lucrativos. Surgem para suprir necessidades de expressão de segmentos das classes subalternas em suas lutas pelo estabelecimento da justiça social. Constroem uma outra comunicação que se distingue da mídia comercial pelos conteúdos difundidos, formatos, sistemas de gestão, pela participação da população e pelo compromisso com o interesse público. Ela se configura em:

a.1 **Comunicação popular e comunitária:** processos de comunicação constituídos no âmbito de movimentos sociais populares e comunidades de diferentes tipos, tanto as de base geográfica, como aquelas marcadas por outros tipos de afinidades. É sem fins lucrativos e tem caráter educativo, cultural e mobilizatório. Envolve a participação ativa horizontal (na produção, emissão e na recepção de conteúdos) do cidadão, tornando-se um canal de comunicação pertencente à comunidade ou ao movimento social e, portanto, deve se submeter às suas demandas.

a. 2 **Comunicação popular-alternativa:** processos de comunicação constituídos por iniciativas que envolvem a participação de segmentos populares, mas não respondem ou são assumidos pela comunidade como um todo. Em geral, são motivados ou viabilizados por organizações não governamentais (ONGs), fundações, projetos de universidades, órgãos públicos, igrejas etc., mas também podem funcionar a partir de iniciativas autóctones. Tende a se confundir com a comunicação comunitária em decorrência de similaridades, ou mesmo vir a constituir-se como tal.

b.**Imprensa alternativa:** trata-se de uma vertente que reúne processos de comunicação basicamente jornalísticos, que podem assumir feições mais amplas, de caráter autônomo, e, por natureza, não alinhados aos padrões dominantes dos meios de comunicação, governos e demais setores que representam as classes dominantes. Os veículos alternativos de maior porte se constituem como fontes alternativas de informação. Pelas características específicas de alguns de seus segmentos, podem ser agrupados em:

b1 **Jornalismo popular-alternativo (ou de base popular):** efetiva-se de modo participativo, uma vez ligado a movimentos populares, associações, entidades ligadas a setores progressistas de igrejas, ONGs etc., se configura e circula no mesmo universo da comunicação popular e comunitária.

b.2 **Jornalismo alternativo colaborativo (de informação geral ou especializada):** se ocupa, fundamentalmente, em transmitir uma visão diferenciada e crítica dos acontecimentos que normalmente já são tratados pela grande mídia, além de temas omitidos por ela. Pode também tratar especificamente de política, economia, questões locais, questões juvenis, crítica aos meios de comunicação e assim por diante. Seu caráter colaborativo pode ocorrer a partir de duas perspectivas. A primeira, pelo sentido de ajuda, partilha e colaboração instituído e praticado, em geral, por voluntários que levam adiante alguma proposta editorial diferenciada com a intenção de colaborar na difusão crítica de informações. Essa dimensão é característica da comunicação popular, comunitária e alternativa ao longo dos tempos e utiliza como suporte canais impressos, orais, audiovisuais e/ou digitais. Como exemplo podemos citar a revista *Viração* e o jornal *Trecheiro*. A segunda perspectiva se refere a processos interativos nas mídias digitais, na lógica da Web 2.0, através de *websites* colaborativos, nos quais os membros e militantes usuários da internet podem contribuir com mensagens por eles mesmos produzidas e inseridas no sistema online. Tais webespaços são majoritariamente preenchidos com conteúdos elaborados pelos próprios usuários. Exemplos: Centro de Mídia Independente (CMI), Overmundo, Canal *Motoboy*, *Wikinews*, *Youtube*<sup>9</sup> etc.

b.3 **Jornalismo alternativo autônomo:** imprensa produzida por indivíduos isoladamente ou até por micro-empresários. Pode caracterizar-se como de informação geral, literário, político etc.

---

<sup>9</sup> Sistema que permite a inserção de audiovisuais pelos próprios usuários.

b.4 **Jornalismo político-partidário:** imprensa sob a direção de partidos políticos, candidatos a cargos eletivos ou a “mandatos” de vereadores, deputados e senadores no exercício da função pública de representação.

b.5 **Jornalismo sindical:** imprensa produzida no universo dos sindicatos de trabalhadores e organizações similares de categorias profissionais (metalúrgicos, professores etc.) (PERUZZO, 2012a, p.366-369).

Se infere pois que os *meios* alternativos podem se configurar de modos distintos. Por um lado, podem ser vistos no conjunto da comunicação popular e comunitária. Por outro lado, quando se fala de jornais alternativos há aqueles que podem ser orgânicos aos movimentos populares ou outros organismos comunitários e outros se diferenciam da comunicação popular e comunitária por um certo distanciamento desses movimentos. Casos dessa segunda vertente se justificam como alternativos por seu caráter independente, ainda que haja identidade ideológica ou política com as lutas de movimentos sociais populares. Às vezes são periódicos críticos ao capitalismo e aos meios de comunicação convencionais mas não se submetem aos movimentos sociais ou a organizações comunitárias.

Desse modo, há que ver se essas distinções fazem sentido em cada realidade estudada. Não se trata de categorização e de conceitos fechados, e sim flexíveis e expostos tão somente para facilitar a compreensão das práticas comunicativas. Não convém esquecer que as práticas comunicativas às vezes comportam mais de uma dimensão, ou seja podem ser popular e alternativa ou popular e comunitária ao mesmo tempo.

A comunicação popular, comunitária e alternativa, não é um todo monolítico e não está livre de distorções nas práticas sociais, porém nas suas expressões mais exitosas em termos de caráter comunitarista, é próxima à proposta de desarrollo participativo<sup>10</sup>. Este corresponde ao que Jan Servaes (2004, p.33-34), identifica como “participativo, integral e sustentável” e que tem os seguintes princípios: respeito às necessidades humanas básicas; ser endógeno a cada sociedade; ser auto confiável em termos de reconhecimento de forças e recursos próprios; ser integrado racionalmente à ecologia, com responsabilidade em relação à biosfera e aos ecossistemas locais e globais, atuais e futuros; se baseia na democracia participativa em todos os níveis; e proporciona mudanças estruturais nas relações sociais, atividades econômicas, estrutura de poder para fazê-lo compartilhado desde a “comunidade” até o mundo como um todo.

Essa perspectiva conceitual é um ponto de partida para os estudos de pós-graduação que em sua maioria estão interessados em compreender e refletir sobre os processos da outra comunicação, ou seja popular, comunitária e alternativa, no contexto dos movimentos sociais,

---

<sup>10</sup> Ver Peruzzo (2014a).



comunidades, organizações não governamentais ou associações da sociedade civil sem fins de lucro. Interessa a comunicação dos segmentos organizados das classes subalternas em seus processos de mobilização e ampliação do exercício da cidadania. Entretanto, também se aceitam na mencionada sublinha de pesquisa estudos de meios locais ou regionais de comunicação, mas sem perder de vista a dimensão de participação social e de cidadania.

A base conceitual sobre a comunicação popular, comunitária e alternativa é complementada com outros fundamentos teóricos centrais que ajudam a orientar as investigações na referida sublinha, tais como os conceitos de cidadania, de participação popular, movimentos populares, comunidade, comunicação para a mudança social, questão local, identidades, culturas populares, direito à comunicação, e sobre o empoderamento de tecnologias tradicionais e digitais. Porém, não há imposição de marco teórico. Cada estudante elege os conceitos que fazem mais sentido em razão do problema de pesquisa e do enfoque que deseja dar ao trabalho. Por exemplo, trabalhos já se fundamentaram em conceitos como de esfera pública, cidadania, questão local ou de políticas públicas de comunicação local como eixos centrais.

Enfim, desenvolvimento é um tema complexo, cujos conceitos estão em permanente revisão, se resignificam ou se modificam. Uma discussão necessária é sobre que tipo de desenvolvimento se quer. A mim me parece que esse debate escapou um pouco do horizonte dos movimentos populares - com algumas exceções -, das organizações não governamentais (ONGs) e mesmo das universidades.

Parece que nos contentamos em intervir diretamente na realidade visando melhorar as condições de existência de grupos de pessoas, o que é muito importante e necessário, pois se ajuda a avançar na conquista de direitos de cidadania. Às vezes se “esquece” que essas lutas seriam muito mais potentes se também mirassem o horizonte futuro. Se pode perguntar por exemplo, quais são as estratégias de longo prazo de nossos trabalhos comunitários ou junto a jovens em vista à construção de uma sociedade livre e igualitária? Ao contrário, o que em geral se passa é que só se foca o imediato, a redução de uma desigualdade, uma pequena remuneração, a melhoria da autoestima e da educação informal etc. Não raro o que se está fazendo, apesar dos benefícios incontestáveis, até porque realiza uma educação informal, é que se está melhorando o modo de vida dentro do capitalismo, em general sem criticá-lo e como tal muitas vezes sendo tragados por ele, pois se está contribuindo para a reprodução do próprio sistema. Trata-se de um tema polêmico, não claramente visível, mas desafiante. Repetindo a pergunta que desenvolvimento queremos? Só a sociedade tem a resposta e se ainda não a tem pode construí-la...

Com toda modéstia, os estudos na linha de pesquisa enfocada miram, em última instância, o caminho do desenvolvimento participativo<sup>11</sup>, quem sabe abram caminho para o pós-desenvolvimento (Silva, 2011; Tufte, 2012).

Entretanto, há que reconhecer que há muito a caminhar para ir além da busca para a efetividade de direitos básicos de cidadania (direitos civis, políticos, sociais e comunicacionais), e transcender para lutas pela transformação das estruturas que geram ou perpetuam as desigualdades sociais.

### **Posição epistemológica**

Para trabalhos de investigação na perspectiva da comunicação para a transformação social parece relevante a adoção de uma postura teórica coerente aos princípios desse tipo de concepção de comunicação, desde o próprio ato de investigar à posição diante da própria ciência, portanto do marco metodológico e do marco epistémico.

Uma das primeiras noções que orienta esse tipo de investigação é a inconformidade com a injustiça social, com as desigualdades entre aqueles que desfrutam de as benesses do modo de produção capitalista e outros que amargam a pobreza, a baixa escolaridade, péssimas condições de moradia, de educação etc. Uma outra noção que logo se agrega é a necessidade de mudança, mas o que muda? Esta pode significar apenas uma mudança social superficial (muda alguns aspectos, mas não transforma as estruturas). O mundo em sua experiência histórica indica a necessidade de *transformação profunda nas sociedades* para colocar o civismo adiante dos interesses de mercado, de modo que todos os seres humanos sejam sujeitos e beneficiários dos avanços do desenvolvimento.

Sem a intenção de esgotar o tema, outra noção que vale a pena mencionar é que nesse contexto há a tendência de relativizar a concepção de que a única ciência válida é aquela cujo processo epistemológico e metodológico se baseia na objetividade científica por sua pretensa neutralidade e que, portanto, deveria ser seguido por todas as ciências. Como aclara Boaventura de Sousa Santos (1999, p.19), esta corrente “parte da assumpção de que as ciências naturais são uma aplicação ou concretização de um modelo de conhecimento universal válido e, de resto, o único válido”.

Sem desconhecer a importância do conhecimento que gera com bases no positivismo, o que quero dizer é que existem outras formas de geração do conhecimento nas ciências humanas e sociais, que da mesma forma são válidos, mas passam por critérios e metodologias distintos de investigação.

---

<sup>11</sup> Ver Peruzzo (2014a)

Concordo com Minayo (2009, p. 10) quando afirma que “a cientificidade não pode ser reduzida a uma forma determinada de conhecer: ela contém previamente, por assim dizer, diversos modos concretos e potenciais de realização”. Com Jorge González (2007, p.50-51), se pode dizer que “não existe ‘o’ método científico; existem diversas formas de cientificidade”.

Consciente de outras possibilidades de desenvolver conhecimento científico, a postura que orienta a posição epistemológica e metódica do contexto de pesquisa a que se refere este texto, é assumir e declarar que não se tratam de estudos neutros, mas capazes de gerar conhecimento confiável e útil à sociedade. Nem sempre se trabalha com números e estatísticas porque existem situações sociais que são melhor compreendidas por meio do contato direto do investigador com os investigados, seja por intermédio de entrevistas em profundidade, estudos etnográficos ou pesquisa-ação participativa. É, talvez, até mais difícil fazer esse tipo de investigação visto que há necessidade de compreender o fenómeno em profundidade e para tanto impor limites às próprias apreciações baseadas na subjetividade e idiosincrasias pessoais.

Se sabe que esse tipo de investigação não é bem aceita na academia. Primeiro porque vai contra os padrões dominantes de pesquisa. Segundo porque trata-se de um segmento (o das classes empobrecidas) que não tem grande interesse investigativo nas universidades do Brasil. E pelo que se observa isso se passa também em outros países da América Latina, da Europa e Estados Unidos.

O rechaço não importa muito aos investigadores envolvidos nos estudos de cultura e de comunicação de segmentos das classes subalternas. Trata-se de um interesse investigativo que vem de uma posição da pessoa (do/a investigador/a) no mundo, de como ela concebe e se situa nele. O propósito maior é fazer uma pesquisa cujos resultados (e às vezes o próprio processo de investigação<sup>12</sup>) podem contribuir deixando subsídios, ou seja o conhecimento, aos grupos estudados e à sociedade, especialmente aos empobrecidos. Dos outros muitos já cuidam...

No nível metodológico na subárea de pesquisa sobre comunicação popular, alternativa e comunitária, a predominância é de estudos compreesivistas (fenomenologia, etc.), estruturalistas e histórico-dialéticos, entre outros. Do ponto de vista das técnicas de investigação, é raro o uso de técnicas isoladas, com exceção ao tratar-se de pesquisa teórica. É comum o uso simultâneo de mais de uma técnica, como forma de compreender os fenómenos em sua

---

<sup>12</sup> Me refiro aos processos de investigação que por intermédio de metodologias participativas, a exemplo da pesquisa-ação, ajudam aos grupos a pensar sua realidade ao participar do próprio processo de pesquisa e não só por meio dos resultados.

totalidade. São peculiares a investigação participante –em diferentes modalidades - combinadas em geral com o estudo de documentos -, e o uso entrevistas, além da pesquisa bibliográfica (PERUZZO, 2014).

### **Na prática. Exemplos de temáticas de dissertações e teses concluídas**

Para que seja possível ter uma visão um pouco mais precisa sobre o que se investiga na sublinha “Meios locais e comunitários”, atualmente transformada na linha de pesquisa “Comunicação comunitária, territórios de cidadania e desenvolvimento social” do Póscom da Universidade Metodista de São Paulo, a seguir transcrevemos os títulos de algumas, entre as mais de 70 dissertações e teses concluídas: A Pesquisa Acadêmica sobre Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária no Brasil: análise de dissertações e teses produzidas em Programas de Pós-Graduação em Comunicação entre 1972 – 2012; Filmar operários: entre a atuação política e a comunicação alternativa nos anos 1980; Políticas locais de fomento à comunicação comunitária; Comunicação popular-alternativa entre jovens indígenas das aldeias Jaguapirú e Bororó (Dourados-MT); Comunicação para o desenvolvimento: o papel das rádios comunitárias na educação de comunidades locais em Moçambique; Ecologia e meios locais: o espaço ecológico *Sentinela dos Pampas: Amigos da Terra* e seus reflexos na imprensa local; A formação de comunidades de compartilhamento social do Centro de Mídia Independente (CMI); Política e estética na comunicação popular: estudo sobre os vídeos do Grito dos Excluídos da Rede Rua; Linguagem e mobilização na comunicação popular e comunitária: experiência de jovens da favela Real Parque e Jardim Panorama-SP; Rádio Comunitária como vetor no processo de democratização da comunicação; Comunicação comunitária e o direito à moradia: mobilização do Movimento de Moradia com a Rádio Z em Mauá - SP; Processos comunicacionais em rádios comunitárias no Sertão nordestino na internet; A Rádio em Assentamentos Rurais: um estudo da rádio em Assentamentos do Município de São Miguel do Oeste - SC; Imprensa étnica: análise de periódicos para imigrantes brasileiros nos Estados Unidos.

### **Na prática. O Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Local (CEI COMUNI)<sup>13</sup>** O que é:

O *Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Local (Comuni)* foi criado em 31 de maio de 2004, vinculado ao Póscom da Universidade Metodista de São Paulo, e atua de forma independente com base na autonomia acadêmica conquistada. Está registrado no

---

<sup>13</sup> [www.comuni.org.br](http://www.comuni.org.br)

Diretório de Grupos de Pesquisa (Sistema WebGrupo) do *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)*. Há alguns anos (desde 2012) aplicou os princípios da cibercultur@<sup>14</sup> com vistas a dar-lhe mais coesão interna, além de desenvolver o sentido coletivo (nós ou *nosotrico*), em conformidade com a cultura tojolabal<sup>15</sup> - um dos povos Maya dos Altos de Chiapas, no México - onde todos são sujeitos e o espírito de comunidade prevalece sobre o individualismo, e gerar nova cultura de investigação.

Mais que um grupo, no Comuni é uma Comunidade Emergente de Investigação (CEI).

O desenvolvimento de comunidades emergentes se concentra em facilitar uma dinâmica horizontal, próxima à educação popular de Freire e outros, que lhes permite apropriar-se coletivamente da tecnologia para gerar uma capacidade de narrar-se e de construir-se um 'nosotros' [referindo-se a Lenkersdorf] auto determinante e não derivado de imposições externas (GONZÁLEZ, 2009, p. 65).

Cada comunidade emergente corresponde a um nó “de uma rede em construção permanente [...]” (González; Maass, [s.d], p.7).

Desse modo, a Cei Comuni tenta desenvolver uma dinâmica de trabalho participativa e coletiva, sem descuidar do desenvolvimento das culturas de informação, comunicação e conhecimento, desde um dos pontos chave da cibercultu@.

Quem participa

A maioria dos membros da CEI Comuni é formada por ex estudantes e também atuais estudantes da pós-graduação (mestrado, doutorado y pós-doutorado) vinculados à linha de pesquisa em questão (mais alguns outros que estão em outras linhas), procedentes de diversos estados e cidades do Brasil e do exterior<sup>16</sup>, além de professores/investigadores de outras instituições que nunca estudaram na Metodista, mas se interessam em participar do grupo. Todos têm alguma prática de comunicação popular ou vínculo com movimentos populares, comunidades, instituições públicas, organizações não governamentais ou meios locais. A base para unir-se ao Comuni é a afinidade com a perspectiva da comunicação para a transformação social, e/ou devido às circunstâncias uma vez sendo estudante da universidade. Em geral, estão buscando informações, troca de experiências, retroalimentação teórica e subsídios para suas investigações e para as práticas sociais desenvolvidas<sup>17</sup>.

Nesse contexto,

a busca individual de cada membro para crescer, desenvolver seu conhecimento e obter títulos acadêmicos é respeitada e, no fundo, todos colaboram para a sua concretização. No fim, a passagem para um maior conhecimento dos participantes

---

<sup>14</sup> Ver González (2009, 2012)

<sup>15</sup> Ver Lenkersdorf (2008).

<sup>16</sup> Moçambique e Bélgica.

<sup>17</sup> Ver Peruzzo (2014)

da CEI Comuni aumenta na proporção que cresce seu processo interno de coesão e espírito de compartilhamento, pois, ativa o conhecimento coletivo, que sempre é mais avançado que o individual pelo fato de ser fruto da cooperação<sup>18</sup> que gera um outro nível de saber. Estamos nos referindo à Zona de Desenvolvimento Próximo (ZDP) explicada por Vygotsky (1995) (Peruzzo, 2015: 74-75).

Por outro lado, claro que há também dificuldades, como por exemplo a falta de assiduidade de alguns, o que gera certo desconforto no grupo, apesar das “justificáveis” razões, como compromissos profissionais ou de dificuldade de acesso à sala virtual, ente outros.

#### Atividades desenvolvidas pela Cei Comuni

Ao mesmo tempo que cada membro desenvolve sua investigação individual, como parte do programa de pós-graduação ou por interesse pessoal ou acadêmico no caso dos já titulados, existe um esforço para realizar atividades coletivas, presencial e a distância (o grupo tem acesso a uma sala virtual<sup>19</sup>). Algumas são atividades cotidianas (intercambio de materiais de forma presencial ou através da lista de e-mails, contatos informais, trabalhos em pequenas equipes, seguimento das investigações, manutenção do blog<sup>20</sup> etc.). Outras atividades são periódicas, tais como: reuniões mensais; estudos teóricos de temas definidos pelo grupo; ajuda mútua nos projetos de pesquisa (ajuda na construção do espírito nosotrico); participação individual (livre escolha) em eventos científicos com apresentação de trabalhos; organização de livros com as contribuições do evento anual; realização de painéis em congressos científicos; realiza um evento anual de maior dimensão (Encontro de Comunicação Comunitária e Cidadania) no qual se apresentam as pesquisas concluídas e de relatos de experiências práticas de comunicação realizadas por protagonistas convidados); Envolvimento de alguns dos membros em assessoramento (educação não formal) a grupos de comunicação em comunidades e/ou a realização de projetos de extensão universitária. Nesse momento estão sendo realizados, por exemplo, um projeto de extensão universitária junto a rádios comunitárias no Sertão do estado de Piauí (com o apoio da *Universidade Estadual do Piauí*, campus Picos), e outro em cooperação com uma Cooperativa do *Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)*, a *Cooperativa de Produção Agropecuária (COPAVI)*, no estado de Paraná. Este último trabalha na produção de documentários em vídeo sobre e para a Cooperativa.

#### Considerações finais

---

<sup>18</sup> Processo similar já foi apresentado por Karl Marx no *El capital* (v.1), com respeito à potenciação da força de trabalho por meio da cooperação.

<sup>19</sup> Esta sala é oferecida ao grupo pelo Labcomplex vinculado à Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) e por intermédio de Jorge A. González.

<sup>20</sup> Ver <http://comuni.org.br/>

Espero que haver deixado claro alguns dos aspectos principais de uma experiência de mais de 17 anos de trabalho em um setor de pós-graduação direcionado à *comunicação para a transformação social*. Não obstante, recorro que não se trata todo um programa de pós-graduação, mas de um pequeno setor dentro dele (do Póscom da UMESP), ou seja de uma pequena parte dentro de um programa mais amplo que comporta outras sublinhas temáticas e dezenas pesquisas sobre temas completamente distintos.

Também gostaria de dizer que o contexto acadêmico mais amplo tem favorecido o trabalho na perspectiva da comunicação para a transformação social pois tem encontrado espaço – em forma de Grupos de Trabalho, painéis ou de conferências - em congressos científicos em países da América Latina e no mundo, graças a entidades científicas como a *Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM)*, a *Asociación Boliviana de Investigadores de la Comunicación (ABOIC)*, Associação de Programas de Pós-Graduação em *Comunicação (COMPÓS)*, a *Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIC)*, a *International Association for Media and Communication Research (IAMCR)*, entre outras. São associações científicas que possuem grupos de trabalho permanentes sobre temáticas convergentes à comunicação popular, comunitária e alternativa que se reúnem em eventos científicos em diferentes países e continentes.

A experiência de estudos, ensino, extensão universitária e investigação em nível de pós-graduação tem permitido conhecer e sistematizar práticas dessa outra comunicação no Brasil, de diferentes lugares e estados, de grandes cidades ao Sertão nordestino. Portanto, desde problemáticas urbanas até aquelas do mundo agrícola e rural. Desde experiências comunicativas de associações comunitárias em bairros até grupos juvenis ou comunidades indígenas. Desde pequenos periódicos ou de rádios comunitárias ao empoderamento de plataformas colaborativos na internet. Desde as políticas públicas até o direito à comunicação. Porém, o se quer entender são os processos de comunicação humana dialógica e de empoderamento social das tecnologias de comunicação - das tradicionais às mais modernas -, como parte de dinâmicas participativas e de mudança das condições de opressão e alienação dos empobrecidos, mas capazes de construir alternativas de transformação da realidade.

É interessante observar que a comunicação popular, comunitária e alternativa não se configura como predominante nos programas de pós-graduação em comunicação no Brasil enquanto linha ou sublinha específica de pesquisa, entretanto sempre houve algumas teses relacionadas a essa problemática em diferentes programas. Mas, o Póscom da *Universidade Metodista de São Paulo* é o que mais dissertações e teses mestrado e doutorado,

respectivamente, tem sido defendidas tendo como foco essa perspectiva comunicativa. É o que demonstrou uma pesquisa (OTRE, 2015) sobre 40 anos de produção de teses sobre comunicação popular, comunitária e alternativa concluídas em todos os programas de pós-graduação, desde a criação do primeiro (1972) até o ano de 2012.

## Referências

CADAVID BRINCE, Amparo. Los actuales debates sobre comunicación, desarrollo y cambio social. In: CADAVID BRINCE, A.; GUMUCIO DAGRON, A.(Edits.) **Pensar desde la experiencia**. Comunicación participativa en el cambio social. Bogotá: Uniminuto, 2014. p.37-54.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GONZÁLEZ, Jorge A. **Entre culturas e cibercultur@s: incursões e outras rotas não lineares**. São Bernardo do Campo: Editora Metodista, 2012.

\_\_\_\_\_. Pantallas vemos, sociedades no sabemos – barruntos (conjeturas) sobre temporalidades progressivamente apantalladas y cibercultur@. **Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, a .32, n.1, p. 51-68, 2009.

\_\_\_\_\_. Por una cultura del conocimiento. In: GONZÁLEZ, J.; AMAZURRUTIA, J.; MAASS, M. (Orgs.). **Cibercultur@ e iniciación en la investigación**. Ciudad de México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes. 2007. p. 32-91.

\_\_\_\_\_; MAASS, M. **Cibercultur@ y comunidades emergentes de conocimiento**. Ciudad de México: Labcomplex-CEICH/UNAM, [s.d]. (versão digital).

GUMUCIO DAGRON, A.; TUFTE, T. (Orgs.). Introducción. **Antología de comunicación para el cambio social. Lecturas históricas y contemporáneas**. New Jersey: CFSC –Communication for Social Change Consortium / La Paz: Plural, 2008.

GUMUCIO DAGRON, A. Comunicación y cambio social: raíces ideológicas y horizontes teóricos. In: MARTINEZ HERMIDA, M.; SIERRA CABALLERO, F. (Coord.). **Comunicación y desarrollo**. Prácticas comunicativas y empoderamiento local. Barcelona: Gedisa, 2012. p.25-55.

KAPLÚN, Mario. **El comunicador popular**. Quito: CIESPAL, 1985.

LENKERSDORF, Carlos. **Los hombres verdaderos: voces y testimonios tojolabales**. 5.ed. Ciudad de México / Buenos Aires / Madrid: Siglo XXI, 2008.

MINAYO, Maria Cecilia de S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecilia de S.; (Org.). **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. 28.ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p.9-29.

OTRE, Maria Alice Campagnoli.). **A pesquisa acadêmica sobre comunicação popular, alternativa e comunitária no Brasil: análise de dissertações e teses produzidas em programas de pós-graduação entre 1972-2012**. 2015, 263p. - Doutorado (Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

PERUZZO, C.M.K. A Comunicação no desenvolvimento comunitário e local, com cibercultur@. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania do XXI Encontro da Compós, na Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, de 12 a 15 de junho de 2012.

\_\_\_\_\_. Aproximaciones entre la comunicación popular y comunitaria y la prensa alternativa en Brasil en la era del ciberespacio. In: MARTINEZ HERMIDA, M.; SIERRA CABALLERO, F.



(Coord.). **Comunicación y desarrollo**. Prácticas comunicativas y empoderamiento local. Barcelona: Gedisa, 2012a. p.25-55.

\_\_\_\_\_. Comunicação popular, comunitária e cidadania: eixos de investigação e fundamentos teóricos. In: Cesar Bolão; Delia Crovi Druetta, Gustavo Cimadevilla (Orgs.). **La contribución de América Latina al campo de la Comunicación**. Buenos Aires: ALAIC, 2014. p. 546-577.

\_\_\_\_\_. Comunicação para o desenvolvimento, comunicação para a transformação social. In: Aristides Monteiro Neto (Org.). **Sociedade, política e desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2014a. p.161-195. Coleção Desenvolvimento nas Ciências Sociais. O estado das artes, livro 2. Disponível em: 17R17A://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/140616\_sociedade-desenvolvimento-politica2.pdf

\_\_\_\_\_. Comunidades Emergentes de Investigação no Brasil: reflexões sobre a CEI Comuni. In: Cílicia M. Krohling Peruzzo; Maria Alice Campagnoli Otre (Orgs.). **Comunicação popular, comunitária e alternativa no Brasil**: sinais de resistência e de construção da cidadania. São Bernardo do Campo: Editora da Metodista, 2015. p.53-78.

PERUZZO, Cílicia M. K.; TUFTE, Thomas; VEGA CASANOVA, Jair (Edits.). **Trazos de una otra comunicación en América Latina**: prácticas comunitarias, teorías y demandas sociales. Barranquilla (Colombia): Editorial Universidad del Norte ALAIC - Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación, 2011. 330 p.

Disponível para acesso gratuito em: [http://www.uninorte.edu.co/publicaciones/libros-acceso-gratuito/trazos\\_comunicacion/files/publication.pdf](http://www.uninorte.edu.co/publicaciones/libros-acceso-gratuito/trazos_comunicacion/files/publication.pdf)

SANTOS, Boaventura S. **Um discurso sobre as ciências**. 11a. Coimbra: Afrontamento, 1999.

SERVAES, J. Comunicação para el desarrollo: tres paradigmas, dos modelos. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, Unesp, a. 1, n. 1-2, p. 19-53, 2004.

SILVA, José de Souza. **Hacia el 'Día Después del Desarrollo'**. Descolonizar la comunicación y la educación para construir comunidades felices con modos de vida sostenibles. Campina Grande: ALER, febrero 2011.

TUFTE, Tomas Hacia un renacimiento de la comunicación para el cambio social. Redefiniendo da disciplina y la práctica en la era post-“Primavera Árabe”. In: MARTINEZ HERMIDA, M.; SIERRA CABALLERO, F. (Coord.). **Comunicación y desarrollo**. Prácticas comunicativas y empoderamiento local. Barcelona: Gedisa, 2012.p.85-109.

VYGOTSKY, L. La educación de las formas superiores de conducta. **Obras escogidas**. v.III. Madrid: Visor, 1995.